

Reflexões ontológicas e epistemológicas para formação de gestores sociais: Economia versus Paraeconomia

Júlio Cesar Andrade de Abreu
Universidade Federal da Bahia
julioabreu@ufba.br

Daniel Reis Armond de Melo
Universidade Federal do Amazonas
armond@ufam.edu.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar brevemente, as raízes epistemológicas e ontológicas da administração e apresentar um contraponto à visão mercadológica unidimensional através do trabalho de Alberto Guerreiro Ramos reafirmando o caráter multidimensional da sociedade, e conseqüentemente recuperando o viés interdisciplinar do Administrador que vem pouco a pouco desaparecendo em detrimento das “regras do mercado”. Entende-se que o mercado é importante, mas não é o único enclave social legítimo, como é apresentado na atualidade. Parte-se de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e após a análise da epistemologia da administração e de sua raiz econômica, conclui-se que a influência excessiva do mercado nesta ciência, desgasta seu caráter interdisciplinar. Guerreiro Ramos desenvolve arcabouço teórico com uma teoria de sistemas sociais que considera o mercado apenas mais um enclave no tecido social (e não o único e exclusivo). Este arcabouço, chamado de paraeconomia, fornece à ciência da administração um novo horizonte, onde o papel do Administrador será reconfigurado e deixará de ser Estratégico (voltado para a lógica unidimensional do mercado) passando a ser Social (dialógico e multidimensional).

Palavras-chave: Epistemologia da Administração; Teoria dos Custos de Transação; Paraeconomia.

1. INTRODUÇÃO

A lógica do mercado que permeia a maioria das ações no tecido social influencia fortemente a formação e conseqüentemente o perfil do Administrador. A partir de uma organização hegemônica na ordem mundial, nota-se a predominância do modelo neoliberal de economia em diversas nações e, ainda, que este modelo tende a influenciar diversas dimensões destas sociedades. Quando as pessoas assimilam tal modelo passam a agir baseadas no caráter unidimensional do mercado: A organização dos espaços urbanos deve seguir a lógica do mercado, a distribuição do tempo também, a educação deve ser voltada às exigências do mercado e várias outras dimensões são submetidas ao mercado.

O objetivo do presente trabalho é apresentar um contraponto à visão mercadológica unidimensional através do trabalho de Alberto Guerreiro Ramos reafirmando o caráter multidimensional da sociedade, e conseqüentemente recuperando o viés interdisciplinar do Administrador que vem pouco a pouco desaparecendo em função do enfoque centrado no mercado. Entende-se que o mercado é importante, mas não é o único enclave social legítimo, como é apresentado na atualidade.

Para um posicionamento metodológico mais completo, o pesquisador deve considerar pressupostos adotados sobre a natureza da realidade (ontológicos) e sobre a natureza do conhecimento (epistemológicos), logo para defender estas idéias, parte-se em um primeiro momento para uma análise da epistemologia da Administração, investigando a origem do conhecimento administrativo. Percebe-se que a Administração tem intrinsecamente um caráter interdisciplinar e dialógico com os demais conhecimentos e disciplinas. No segundo momento do artigo, elege-se a economia para um olhar mais aprofundado, enquanto diálogo da Administração, indo da Teoria dos Custos de Transação (TCT) até a Paraeconomia de Guerreiro Ramos. No terceiro e último momento do artigo procede-se a conclusão do debate com alguns exemplos de aplicabilidade empírica da teoria de Guerreiro Ramos e de alguns

apontamentos sobre o perfil do Administrador Social que começa a emergir em detrimento ao Administrador Estratégico.

2. A EPISTEMOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO E SEU DIÁLOGO COM A ECONOMIA

O que é Administração? Uma pergunta que é tratada de forma inquietante por alguns e simplória por outros. Para França Filho esta pergunta encerra um desafio, que o mesmo encara através de um olhar epistemológico, ou seja, um olhar da natureza do conhecimento produzido em Administração, ou em seu nome. A epistemologia da Administração sugere três grandes corpos de conhecimento e idéias produzidas na área.

O primeiro seria o das técnicas gerenciais, que se referem “ao conjunto de idéias voltadas ao auxílio do trabalho do gerente, num sentido muito prático e aplicado.” (FRANÇA FILHO, 2004, p.122). Elaboradas sob a forma de modelos gerenciais estas técnicas incorporam idéias sobre gestão e possuem a pretensão de uma validade geral, podendo ser aplicada para instituições públicas, entidades não – governamentais e organizações em geral (ainda que tenham sido concebidas em âmbito exclusivamente empresarial). O autor faz um questionamento bastante oportuno se tais modelos, que destacam a eficácia e a eficiência administrativa, realmente poderiam ser considerados universais, lembrando que o foco neste caso é a racionalidade e o objetivo que se pretende atingir (a partir de uma visão utilitarista), mas deixando de lado o atributo ético da ação.

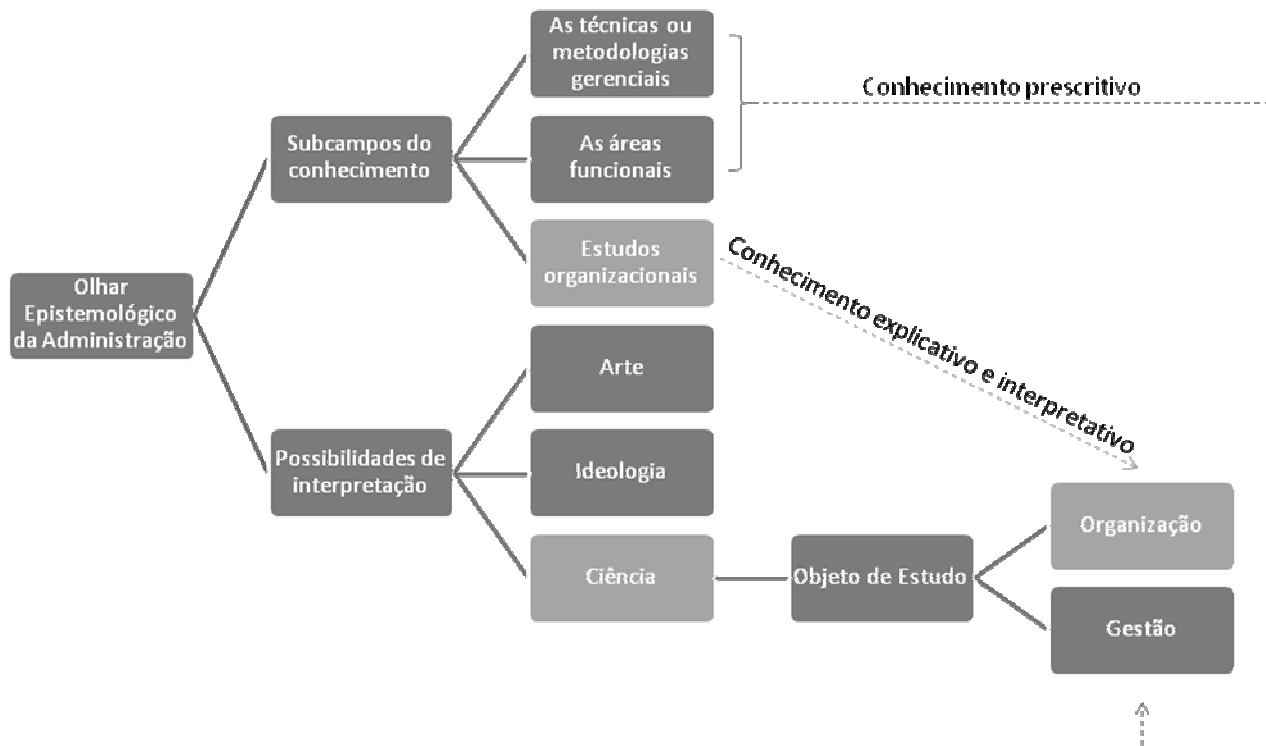
O segundo campo do conhecimento é o das áreas funcionais, que tem sua origem na noção de divisão do trabalho proposta por Fayol (que afirma que o princípio universal da Administração seria a divisão do trabalho e cria também as chamadas funções básicas da empresa). Com isso temos, segundo o autor, várias especializações da prática administrativa (marketing, finanças, logística, gestão de produção, entre outras) que encerram na visão de muitos “o próprio sentido de ser da administração hoje, devendo o profissional necessariamente especializar-se em uma delas” (FRANÇA FILHO, 2004, p.125 in SANTOS, 2004).

O último campo é o da teoria das organizações (TO) ou dos estudos organizacionais (EO). Este campo, por sua vez, muda o foco da gestão para a organização como unidade de análise. A TO possui seu início remetido a uma obra de Chester Barnard (As Funções do Executivo, 1938), que apresenta a organização como algo essencial e que deveria ser estudado com grande atenção, pois trata do trabalho do “gerente sem a relevante consideração do seu espaço social de atuação poderia acarretar, no mínimo, uma ausência comprometedor da qualidade de seu estudo” (FRANÇA FILHO, 2004, p.127 in SANTOS, 2004). Os fundamentos da TO estão assentados em duas bases de acordo com França Filho: no “comportamento organizacional” (com influências de psicólogos americanos) e na “sociologia das organizações” (influenciada por sociólogos americanos de inspiração funcionalista). A figura 1 sintetiza o pensamento do autor, discutido até o momento.

A contribuição do olhar epistemológico e dos estudos organizacionais para a formação do Administrador fica evidente, principalmente quando observamos que a formação base, na graduação, segue uma linha estritamente funcionalista e compartimentada. Não fazendo nenhuma generalização, a grande maioria dos cursos de formação de Administradores funciona desta forma e ignora os demais olhares colocados por França Filho sobre a epistemologia da Administração, o que acarreta uma falha no caráter interdisciplinar inerente à Administração, principalmente no que tange os estudos organizacionais, que são negligenciados em alguns casos, quando há uma comum confusão entre esse e os estudos sobre a Teoria Geral da Administração (TGA).

Mesmo não havendo consenso entre os pesquisadores sobre o objeto da Administração, se a gestão ou a organização, o Administrador é, por natureza, um profissional generalista, logo, a questão dos estudos organizacionais que é deixada de lado visando o favorecimento de um viés funcionalista prejudica sobremaneira a formação consistente do Administrador.

Figura 1 - Mapa conceitual do olhar epistemológico da Administração



Fonte: Baseado em França Filho, 2004

França Filho afirma que cabe à Administração articular os diversos saberes envolvidos sob sua órbita, que possui uma característica intrinsecamente interdisciplinar. Segundo o autor, cabe ainda à Administração um papel de forte aplicabilidade dos conhecimentos produzidos por outras disciplinas para subsidiar sua atividade. Algo parecido acontece com a medicina (que se apropria de conhecimentos produzidos pelas diversas disciplinas da chamada ciência da saúde) e com a engenharia (que se apropria do conhecimento produzido pelas ciências exatas). Logo, caberia à Administração o mesmo papel em relação às ciências humanas. Ela deve dialogar com diversos outros conhecimentos para o exercício pleno de suas atribuições seja no campo profissional ou acadêmico. Dialogar com a psicologia (que busca esclarecer o comportamento humano no trabalho), com a sociologia (com foco na dinâmica de poder e conflitos na organização), com a antropologia (para deslindar o universo simbólico e cultural da organização) e com a economia (para esclarecer a dinâmica das relações de trocas econômicas).

Este último diálogo, inclusive, chama a atenção, pois dele se origina o pensamento estratégico-competitivo nas organizações, fortemente difundido por Michael Porter. Seu raciocínio básico consiste na formulação de objetivos que são seguidos por toda a organização, buscando sempre uma otimização na relação entre a empresa e seu ambiente. O Pensamento Competitivo busca instrumentalizar as respostas que a empresa confere às mudanças ocorridas no ambiente. Esta técnica tem sua origem nas chamadas teorias econômicas das organizações, onde os principais nomes de referência são entre outros, Barney & Hesterly e Ronald Coase.

Segundo Coase, Adam Smith ao criar a proposição de que a economia poderia ser coordenada por um sistema descentralizado de preços (a mão invisível ou o mercado) não esclarece porque o mercado, sendo tão eficiente, não gerencia todas as transações (inclusive das firmas ou organizações). A resposta para este questionamento, segundo Coase, seria que “o custo de gerenciar transações por meio de mercados é maior que o custo de gerenciar transações econômicas dentro dos limites de uma organização” (p.133). Este trabalho de Robert Coase ficou conhecido como a Teoria dos Custos de Transação (TCT) e teve uma série de desdobramentos. O primeiro deles veio de um enfoque de Alchiam-Demsetz que, fazendo uma leitura da TCT, assevera que a firma surge para monitorar os esforços das pessoas que formam uma equipe. Segundo Alchiam-Demsetz, o problema da mensuração seria um ponto sensível na TCT, pois as pessoas em uma equipe seriam mais produtivas em processos de cooperação, porém esta cooperação poderia gerar descontentamentos caso as medidas de desempenho para a remuneração dos membros das equipes não possuíssem a devida equidade. Tal problema levaria à ociosidade dos membros das equipes e a eficiência iria reduzir. Logo, Alchiam-Demsetz propõem a figura de um monitor para vigiar as pessoas e as remunerar de acordo com as respectivas produtividades e “guardar para si o restante do resultado da firma como salário” (p.134).

BARNEY & HESTERLY, fazem uma crítica ao modelo de Alchiam-Demsetz afirmando que tal proposição, com foco exclusivo na produtividade de equipes, oculta outras importantes questões. Os autores citam Williamson para enriquecer mais o debate acerca da TCT. Williamson desenvolve um pensamento que é “considerado atualmente o núcleo da economia ou teoria dos custos de transação” (p.134) e é baseado nos chamados mecanismos de governança (que são, na verdade, um conjunto de regras – instituições – tais como contratos entre particulares ou normas internas da organização. Os mecanismos de governança e a abordagem de Williamson têm o mérito de trazer para o debate alguns pressupostos comportamentais, quais sejam a racionalidade limitada (pois nem as pessoas e nem as firmas conseguem prever o futuro e evitar as incertezas) e o oportunismo (que é propensão humana a trapacear, mentir e roubar). Esta abordagem é de certa forma inovadora, pois “os economistas tradicionais simplesmente consideram que os atores econômicos comportam-se de forma isenta, a TCT leva em conta a possibilidade da busca do interesse próprio com astúcia” (p. 135) segundo Williamson. BARNEY & HESTERLY destacando o pensamento de Williamson afirmam que os atores sociais irão selecionar a melhor forma de governança, o mercado ou hierarquias (firmas), para solucionar o problema da racionalidade limitada e do oportunismo, baseados no custo-benefício do processo. Ou seja, se os atores econômicos fossem se preocupar em reduzir os custos transacionais, eles deveriam focalizar no mercado.

Por outro lado, se a preocupação fosse minimizar os problemas de oportunismo e racionalidade limitada o foco seria as estruturas hierarquizadas. Tais estruturas, segundo BARNEY & HESTERLY, são o nascedouro da chamada “forma M” ou multidivisionada de desenho organizacional. Esta estrutura que Williamson, “considera a inovação organizacional mais significativa de século 20” (p. 139), cria pequenas unidades de negócios com certa autonomia dentro da própria firma e reduz desta forma os problemas causados pela racionalidade limitada e pelo oportunismo, quais sejam a incerteza (facilita o estabelecimento de metas e conseqüente redução da racionalidade limitada) e o investimento (o investimento tem melhor controle e reduz o oportunismo). Alguns economistas criticam a forma M afirmando, segundo BARNEY & HESTERLY, que está desatualizada. Os autores citam a contribuição trabalho de Ouchi à TCT, pois este defende que as firmas constroem três formas básicas de controle e coordenação de atividades entre elas: mercados (que coordenam por meio de preços), burocracias (que coordenam por meio de autoridade e regras) e clãs (que combinam autoridade com valores e crenças compartilhados para obter cooperação). O grande mérito do trabalho de Ouchi, segundo BARNEY & HESTERLY foi estimular o debate sobre

a cultura organizacional. Segundo os autores a TCT ainda apresentou um desdobramento para o tema das multinacionais (EMN) e para as formas híbridas de organização (que possuem estrutura de governança que não são nem de mercado nem hierárquicas) antes de recuperar as críticas à TCT, que seriam “o foco na minimização de custos; a atenuação dos custos de organizações; e a negligência do papel das relações sociais nas transações econômicas” (p. 143). Ainda sim, percebe-se a importância da TCT aos estudos organizacionais, pois ela pode ser aplicada em uma ampla gama de fenômenos organizacionais, segundo BARNEY & HESTERLY.

3. DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO À PARAECONOMIA.

A aplicabilidade da TCT, entretanto segue uma tendência que tem se acentuado nos últimos anos. Trata-se da lógica mercadológica que permeia todas as relações sociais. Tal lógica teve seu início junto aos movimentos liberalistas da economia e recentemente originou um movimento neo-liberalista que prega a total entrega dos processos de alocação de recursos da economia nas mãos do mercado.

Contrariando a própria TCT que supõem ao menos duas lógicas de alocação de recursos, a visão liberalista supõe um “Estado Mínimo” com baixíssima ou nenhuma intervenção e combinada a movimentos hegemônicos de cunho cultural social e político produzem uma visão unidimensional das pessoas: tudo deve ser subjugado à lógica do mercado.

Esta concepção é facilmente percebida nos discursos da mídia sobre diversos temas, como por exemplo, emprego (as pessoas devem buscar se qualificar para ingressar no mercado, o problema do desemprego é causado pela falta de qualificação); educação (toda formação deve ser direcionada para as necessidades mercadológicas, caso contrário não haverá sentido em sua formação); política (os governos de todas as esferas vivenciam verdadeira guerras fiscais para buscar empresas, o que é sinônimo de desenvolvimento), entre tantos outros exemplos. A vida social, o desenvolvimento social é confundido por crescimento econômico. A única dimensão que prevalece é a do mercado.

A própria formação do Administrador muitas vezes ignora o caráter interdisciplinar deste profissional e segue as orientações do mercado. E é comum que esta formação, que também é oferecida em instituições de baixa qualidade, se baseie em premissas puramente mercadológicas, sem preocupação alguma com o conteúdo que Administrador receberá em sua graduação.

Um autor que apresenta uma alternativa teórica interessante à lógica unidimensional que permeia a sociedade é Alberto Guerreiro Ramos. Este pesquisador brasileiro apresenta o conceito de paraeconomia para contrapor a atual delimitação organizacional e social existente.

Guerreiro Ramos (1989) propõe “uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social.” (p.177). Essa proposta foi denominada Paraeconomia.

Nessa abordagem, junto com as economias encontram-se outros possíveis enclaves ou dimensões de análise, tratados pelo autor como “tipos ideais”, como, por exemplo, as isonomias e as fenomenias, nas quais o indivíduo encontraria alternativas ao utilitarismo (peculiar ao enclave economia). Dessa forma, o autor delineia um modelo de análise e planejamento multidimensional para os sistemas sociais, um olhar alternativo, enfim, um novo paradigma em oposição ao enfoque centrado no mercado. Em suas próprias palavras:

“O paradigma paraeconômico advoga uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida, na

conformidade de seus respectivos critérios intrínsecos, e no contexto dos cenários específicos a que esses tópicos pertencem.” (p.178).

Guerreiro Ramos (1989) afirma que “a paraeconomia pode ser entendida também como proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos.” (p.177). Nesse sentido, podemos considerá-la também como modelo multicêntrico de alocação.

Os modelos alocativos predominantes baseiam-se numa concepção míope de recursos de produção, pois é o mercado que os determina. Segundo Guerreiro Ramos (1989), “nesses modelos, recursos e produção são entendidos apenas como insumos e produtos de atividades de natureza econômica.” (p.180). Em decorrência disso, a avaliação da riqueza das nações é feita também em bases estreitas, ou seja, “registra apenas aquilo que é vendido ou comprado, e não admira que um imenso reservatório de recursos e de capacidade produtiva seja negligenciado” (p.180)

O paradigma paraeconômico, por outro lado, considera formalmente como fator contributivo da riqueza nacional tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. Nesse caso, “o indivíduo produtivo não é, necessariamente, um detentor de emprego.” (p.180). Dessa forma, são considerados no cômputo desde as atividades realizadas em âmbito doméstico (mesmo a atividade campesina) até a participação social não remunerada (cultural, artística, religiosa, etc.).

Por essa nova concepção, entendem-se como recursos mais do que aqueles meramente físicos, incluem-se, por exemplo, as dimensões ecológica e psíquica. Por isso, “do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento” (p.181), uma posição substancialmente diferente daquela que predomina.

Ao criticar os modelos vigentes, Guerreiro Ramos afirma que “o paradigma paraeconômico é, pelo menos, um amplo e incipiente arcabouço teórico dessa alternativa” (p.182), por que “contrariamente aos modelos centrados no mercado, o paradigma paraeconômico fornece um arcabouço sistemático para desenvolvimento de um impulso multidimensional e delimitativo, em relação ao processo de formulação de política.” (p.184)

Guerreiro Ramos não apresenta a paraeconomia como algo impossível de ser alcançado. Para ele, o paradigma vigente foi definido por um “processo acumulativo de inovação institucional, deliberadamente empreendido por muitos indivíduos” (p.191) e também começou apenas como uma possibilidade objetiva. Segundo ele, “podemos estar agora num similar estágio incipiente de institucionalização, de que pode emergir uma alternativa para a sociedade centrada no mercado – a sociedade multicêntrica, ou reticular.” (p.191)

4. CONCLUSÃO

Após a análise da epistemologia da administração e de sua raiz econômica, conclui-se que a influência excessiva do mercado nesta ciência, desgasta seu caráter interdisciplinar. Guerreiro Ramos desenvolve arcabouço teórico com uma teoria de sistemas sociais que considera o mercado apenas mais um enclave no tecido social (e não o único e exclusivo). Este arcabouço, chamado de paraeconomia, fornece à ciência da administração um novo horizonte, onde o papel do Administrador será reconfigurado e deixará de ser Estratégico (voltado para a lógica unidimensional do mercado) passando a ser Social (dialógico e multidimensional).

A noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos segue uma lógica contra a hegemonia do mercado que ganhou caráter de unidimensionamento da vida humana. Segundo o autor, nos últimos anos este efeito fez com que os indivíduos internalizassem o ethos do mercado, como se esse fosse o supremo “padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais” (Ramos, 1989, p.142). Este pensamento faz uma contraposição à lógica hegemônica de que o mercado é o melhor e único alocar legítimo dos recursos na sociedade. Guerreiro Ramos propõe um paradigma e um modelo multicêntrico de alocação, em que o mercado seria apenas mais um dos enclaves sociais existentes e não o único e exclusivo enclave.

Na construção de um novo paradigma multicêntrico, Guerreiro Ramos sugere a lei dos requisitos adequados. “Esta lei estabelece que a variedade de sistemas sociais é a qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades básicas de atualização de seus membros, e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios requisitos de planejamento.” (Ramos, 1989, p.156). Ou seja, para a construção de sistemas sociais multicêntricos é fundamental que cada um dos diversos enclaves sociais siga uma lógica própria desvinculada da lógica do mercado (quer seria apenas mais um dos enclaves).

A lei dos requisitos adequados pode ser ilustrada através do exame de algumas dimensões dos sistemas sociais, quais sejam: tecnologia (parte fundamental, pois não existem sistemas sociais sem tecnologia, como por exemplo, prisões, escolas, indústrias, etc.); tamanho (a dimensão tamanho refere-se à quantidade de pessoas envolvidas no sistema); cognição (“há uma variedade de tipos e formas de conhecimento, os quais se posicionam numa seqüência de prioridade que difere consoante a natureza dos sistemas sociais” [Ramos, 1989, p.160]); espaço (até mesmo o espaço físico foi alterado pela lógica unidimensional ocorrendo o êxodo rural e outras ações de ocupação dos espaços pelo mercado em detrimento dos sistemas sociais) e tempo (o tempo, como uma categoria do planejamento organizacional, tem sido tema da teoria convencional de organização, contudo somente o tempo inerente aos sistemas econômicos tem sido objeto de estudo, logo todo o tempo é tido como serial e artificial quando na verdade o tempo não é unidimensional).

Um caso de aplicabilidade prática das idéias de Guerreiro Ramos é a Economia Solidária (ES) enquanto caso de economia plural e baseada em lógica distinta da mercadológica. Entende-se por ES como um modo específico de organização econômica, caracterizado pela autogestão, pela autonomia dos empreendimentos e pela igualdade de seus membros.

Enquanto o discurso mercadocêntrico exhibe números e avanços consistentes sobre a produção de bens, também apresenta dados alarmantes sobre a capacidade distributivas de tais bens e riquezas. E aí que a lógica de Guerreiro Ramos, propondo uma economia plural e multicêntrica ganha visibilidade com a Economia Solidária, que faz com que as pessoas marginalizadas do sistema financeiro consigam girar a economia de suas comunidades.

Existem varias faces práticas da ES que vão desde empreendimentos solidários produtivos até a criação e o uso de uma moeda própria, uma moeda social (que é uma das variações mais instigante e envolvente para os pesquisadores).

A mecânica é simples: Quando os trabalhadores de uma comunidade ganham dinheiro em seus bairros e gastam em outro (normalmente grandes centros de consumo das cidades) a localidade de origem não se desenvolve, pois o dinheiro ali não circula. Com a ES e a moeda social o dinheiro que um trabalhador daquele bairro recebe, será gasto localmente fazendo a economia da localidade girar e se fortalecer. Todas as decisões do sistema são tomadas de forma democrática, em assembléias onde cada sócio do sistema tem um voto e todos participam do processo decisório. A lógica do mercado neste sistema perde espaço, pois não

há decisões unilaterais e muito menos submissão dos trabalhadores a interesses alheios à de suas respectivas comunidades.

Inúmeros são os casos de sucesso. Em Salvador destacamos os projetos capitaneados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Bahia. E estes projetos só corroboram com a idéia de Guerreiro Ramos de um tecido social multicêntrico e colocam em questão o domínio mercadológico sobre a própria administração.

O próprio Administrador em um cenário como esse deve adquirir outra faceta de ação, mais voltada para conciliar ao invés de subjugar; mais voltada para o interesse coletivo ao invés do interesse dos acionistas; mais voltada para o todo do que para a minoria; mais democrática e dialógica do que autocrática e monológica. O atual Administrador Estratégico deve ser um novo Administrador Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNEY, J.B. e HESTERLY, W., “Economia das Organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica”, In: Caldas, Fachin e Fischer (orgs.), **Handbook de estudos Organizacionais**, V.III, Atlas, São Paulo, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C., “Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto”, In: Santos, Reginaldo S. (org.), **A administração política como campo do conhecimento**, São Paulo- Salvador: Mandacaru, 2004.

FRANÇA FILHO, G., “**Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**”, In: Civitas, Porto Alegre - PUCRS, V.7, n.1, jan-jun-2007, p.155-174.

GUERREIRO RAMOS, A., “**A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações**”, FGV, São Paulo, 1989.

ZAWISLAK, P.A., “Nota técnica: Economia das organizações e a base para o pensamento estratégico”, In: Caldas, Fachin e Fischer (orgs.), **Handbook de estudos Organizacionais**, V.III, Atlas, São Paulo, 2004.